INFÂNCIAS, CULTURAS E DIREITOS HUMANOS

A LEITURA COMO DIREITO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VIVÊNCIAS FORMATIVAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Mariana Luiz de Assunção[1]
Letícia Medeiros Falcão Ferreira[2]

O presente relato de experiência tem como objetivo analisar como as vivências de duas estudantes do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), inseridas em diferentes modalidades de estágio na Educação Infantil (EI), contribuem para compreender o papel da leitura como direito nesta etapa da escolaridade. Assim, estudar como a leitura se materializa no ambiente da EI a partir da observação prática das estagiárias possibilita compreender a centralidade desse direito na vida das crianças e na formação das futuras docentes. Ao analisar a leitura como parte das múltiplas infâncias, ultrapassando dimensões sociais e alcançando campos culturais, simbólicos e subjetivos, entende-se ao mesmo tempo, linguagem, expressão, imaginação, memória e produção cultural. Além disso, a leitura também integra a política educacional brasileira, uma vez que documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e o Currículo de Pernambuco (2019), que se destaca ao fomentar a nomenclatura "prazer" associada à leitura. Esses documentos também reconhecem a educação infantil como etapa essencial do desenvolvimento integral e defendem que as crianças vivenciem práticas literárias significativas que promovam encantamento, imaginação e ampliação cultural. Teoricamente, o estudo dialoga com documentos oficiais que afirmam a leitura como prática cultural cotidiana e um direito inalienável da infância, além de dialogar com autores como Pimenta e Lima (2004), que discutem o estágio como espaço formativo na constituição da identidade docente; com Kretzmann e Rodrigues (2006), que abordam a leitura como instrumento de

[1] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, PE, Brasil, marianassun03@gmail.com;
[2] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, PE, Brasil, leticiamferreir4@gmail.com;
Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Pernambuco, PE, Brasil, michelle.soares@ufrpe.br;

desenvolvimento cognitivo, simbólico e social; com Petit (2008), que enfatiza a importância de ambientes intencionalmente organizados para favorecer experiências literárias; e com Silva (2019), que compreende a leitura como prática social capaz de ampliar repertórios culturais, fortalecendo vínculos entre linguagem, imaginação e prazer estético. Assim, interessa-nos refletir sobre como as crianças vivenciam a leitura e como as concepções de infância, a organização do ambiente e as práticas pedagógicas favorecem — ou limitam — o exercício desse direito. A metodologia caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza descritiva e reflexiva, fundamentado em registros sistematizados produzidos ao longo de três meses de vivências das estagiárias na educação infantil com crianças de dois anos de idade. As análises foram construídas a partir da observação direta, da descrição das práticas pedagógicas e da reflexão formativa orientada pela literatura especializada, o que possibilitou compreender as particularidades de cada contexto observado. Os registros foram elaborados em forma de relatórios produzidos durante o período de estágio, nos quais foram documentadas as rotinas, as interações e as práticas desenvolvidas em cada instituição, permitindo organizar e interpretar as situações vivenciadas. Entende-se a pesquisa como um processo teórico-metodológico que integra a observação direta, a análise das práticas e a reflexão sobre os percursos formativos, reconhecendo a leitura como elemento estruturante dos contextos educativos e como direito da criança. As observações foram realizadas em dois contextos distintos. O primeiro refere-se a um estágio não obrigatório, remunerado, realizado em uma creche pública municipal localizada no centro do Recife, onde a leitura se integra de maneira orgânica e frequente à rotina das crianças. O segundo contexto corresponde a um estágio curricular obrigatório, desenvolvido em uma instituição privada também localizada no Recife, no qual, nos dias observados, não foram identificadas práticas de leitura compartilhada, apenas momentos de contação de histórias, embora houvesse participação das crianças no manuseio dos livros. Nos resultados, identificou que na creche pública, as práticas de leitura fazem parte da rotina diária das crianças, especialmente por meio da roda de leitura e da leitura compartilhada mediada pelas professoras. As crianças desenvolveram gosto, curiosidade e autonomia em relação aos livros, realizando aquilo que compreendiam como "sua própria leitura", narrando imagens, nomeando objetos e compartilhando sentidos com os colegas. Já na instituição privada, embora houvesse contato com os livros, as mediações eram menos presentes, o que evidencia como a intencionalidade pedagógica, a organização do ambiente e a concepção de infância influenciam diretamente o modo como as crianças vivenciam a leitura. Assim, quando as crianças são convidadas a tocar, folhear, observar, narrar e dialogar com os livros, constroem experiências de leitura que ultrapassam a compreensão literal e se constituem como

vivências culturais, sociais e prazerosas. A comparação entre os dois contextos permite evidenciar que as oportunidades de acesso às práticas de leitura não são distribuídas de forma igual entre as instituições, o que repercute diretamente nas experiências formativas das crianças. Essa diferença reafirma que as infâncias são múltiplas e se constituem de modos diversos a depender das condições pedagógicas, materiais e culturais que cada ambiente oferece. Os resultados apontam para dois aspectos centrais: a leitura é vivida pelas crianças como prática cultural e direito quando integrada de maneira contínua, sensível e mediada ao cotidiano; e o estágio constitui um espaço potente de formação docente, permitindo que as estudantes observem e reflitam criticamente sobre práticas pedagógicas diversas, construindo um olhar crítico que contribuirá para suas ações futuras. Conclui-se que a leitura na Educação Infantil não deve ser esporádica, mas planejada, cotidiana e fundamentada em concepções que reconheçam as crianças como sujeitos de direitos e produtoras de cultura. Ambientes que valorizam a literatura fortalecem experiências infantis mais humanas, sensíveis e culturalmente ricas, contribuem para o desenvolvimento integral e ampliam as oportunidades de participação cultural — dimensões essenciais dos direitos na infância. Para as estagiárias, tais vivências reafirmam a importância do estágio como espaço formativo que articula reflexão, prática e construção da identidade docente.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Leitura, Educação infantil e Estágio em pedagogia

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017.

PIMENTA, Selma. Garrido; LIMA, Maria. Socorro.Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Modesto. Letramento literário e práticas estratégicas de leitura na primeira infância. Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 26, n. 3, p. 207–225, 2016.

PIERUCCINI, I.; CAMNELOSSO, L. Ambientes educativos e práticas de leitura na Educação Infantil. Cadernos CEDES, v. 36, n. 100, p. 45-60, 2016.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes. Currículo de Pernambuco. Recife: SEE/PE, 2019.

PETIT, Michèle. A arte de ler: quando a literatura desperta mundos. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.